

Compreendendo conceitos e viabilizando possibilidades para a Educação Musical Especial: uma experiência com a grade curricular, planejamento e práticas musicais

GTE 12 - Ensino de música nas escolas de educação básica

Comunicação

Murilo Alves Ferraz
Universidade Estadual de Maringá
muriloalves_ferraz@hotmail.com

Resumo: Este artigo traz um relato de experiência que parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, com o tema principal na área da Educação Musical Especial. O foco principal deste trabalho é apresentar de que maneira ocorre a logística da metodologia de ensino na escola nessa modalidade (Educação Especial) e como as aulas de músicas são desenvolvidas dentro desse contexto. O trabalho apresenta uma introdução sobre a instituição onde ocorrem as aulas de música na Educação Especial; em seguida, o funcionamento curricular da Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial; e por fim, alguns pontos do plano de ensino pensado para a realização das aulas de música, e apontamentos das práticas musicais nas aulas. Concluo que o plano de ensino deve estar conectado com as diretrizes curriculares nacionais, como também com as necessidades da instituição, para que os conteúdos e a condução das aulas sejam coerentes com o contexto e as demandas deste campo, e com as práticas nas aulas de música.

Palavras-chave: Educação Musical Especial; Projeto Político Pedagógico; Plano de Ensino.

Introdução

Este artigo trata sobre um relato de experiência que tem por objetivo apresentar de que maneira ocorre a organização metodológica de ensino na escola na modalidade Educação Especial, e como as aulas de músicas são desenvolvidas dentro desse contexto. O mesmo é um recorte de pesquisa de mestrado em andamento, que busca compreender como tem ocorrido os processos de socialização em contexto familiar que dispõe de pessoas com paralisia cerebral e múltiplas deficiências a partir das experiências musicais no ensino remoto. Trata-se de um estudo de caso desenvolvido na Associação Norte Paranaense de Reabilitação (ANPR), uma instituição localizada em Maringá no Paraná.

De acordo com Leite e Prado (2004), paralisia cerebral (PC) é um tipo de deficiência física causada pela falta de oxigênio. Essa deficiência causa a disfunção motora,

comprometendo a coordenação motora, a fala, e em muitos casos, impedindo a locomoção; além de múltiplas deficiências.

A paralisia cerebral (PC) é caracterizada por uma alteração dos movimentos controlados ou posturais dos pacientes, aparecendo cedo, sendo secundária a uma lesão, danificação ou disfunção do sistema nervoso central (SNC) e não é reconhecido como resultado de uma doença cerebral progressiva ou degenerativa. O evento lesivo pode ocorrer no período pré, peri ou pós-natal (LEITE; PRADO, 2004, p. 41)

Sobre múltiplas deficiências Louro (s/d) também define o termo como: a associação de dois ou mais tipos de deficiência, sendo que a combinação dos dois, prejudicará o desenvolvimento geral e o desempenho funcional da pessoa, e não pode ser resolvida em um único campo de deficiência. Como exemplo: surdo-cego / deficiências físicas e mentais, etc. Ambas as situações lidam com diferentes graus de comprometimentos cognitivo-motor.

A instituição de ensino que está promovendo o ensino remoto em educação musical especial é mantenedora de uma escola que se denomina como uma Escola de Educação Básica na Modalidade Educação Especial (EEBMEE). Esta modalidade possui especificidades metodológicas e propositivas diferenciada das escolas convencionais da rede básica de educação. O plano de ensino elaborado para as aulas de música nesta instituição tomou como base as diretrizes curriculares da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

O artigo está organizado em 3 partes. Na primeira parte relato brevemente sobre o contexto histórico da ANPR, como também da EEBMEE Albert Sabin, para melhor explicar o próprio funcionamento da escola. Na segunda parte referencio autores que embasaram e contribuíram para a construção do plano de ensino para as aulas de música que vem acontecendo na instituição e explico a organização curricular da EEBMEE. Na terceira parte apresento algumas experiências a partir da prática, como também, as considerações finais deste artigo.

A música na Educação Especial

Documentos como a BNCC indicam que a música pode fornecer interação social, além da expressão artística de significado e sensibilidade por meio do desenvolvimento do som. Vale ressaltar que isso também se aplica à educação especial. Por exemplo, as Diretrizes

Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e outros documentos comprovam que qualquer currículo no processo de formação passa a ser a integração básica da educação, o que é garantido pela LDB complementar também deve se aplicar na Educação Especial. Quando necessário, são realizadas atividades específicas para permitir que os alunos da educação especial tenham contato com a cultura, exerçam seus direitos de cidadania e uma integração social.

A música é uma das vertentes da arte que mais está presente na vida das crianças e dos adolescentes, de maneira direta ou indireta, através da prática instrumental/vocal, ou por simplesmente acessar músicas no *Youtube* e outros aplicativos de música, ouvir no celular, no rádio em casa ou no carro. O conhecimento de música pode desenvolver no aluno uma compreensão maior de outras áreas do conhecimento e também um desenvolvimento social, como é exposto por Nogueira (s/d).

Pensando nesse contexto, a Educação Musical Especial também tem seu papel fundamental na formação da criança e do adolescente, pois os professores, de diversas áreas do conhecimento, acabam se banhando de recursos musicais na aplicação de suas práticas pedagógicas. Souza (2017, p 82) diz que:

A música tem sido uma importante ferramenta na promoção de ações inclusivas, seja por seus valores intrínsecos, referentes ao próprio fazer musical, ou extrínsecos, relacionando esse fazer a questões extramusicais. O seu papel em políticas de inclusão tem buscado o resgate da dignidade humana e o exercício da cidadania por aqueles que se encontram em situação de exclusão ou vulnerabilidade social.

Historicamente, acreditava-se que pessoas com deficiência seriam incapazes de realizar a prática musical (SOUZA, 2017). Entretanto, atualmente temos diversos estudos sendo realizados de como o ensino de música pode contribuir ativamente para o desenvolvimento da psicomotricidade por exemplo, e de como pessoas com deficiências podem desempenhar práticas musicais efetivas. Viviane Louro tem realizado diversas pesquisas na área como Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência (LOURO, 2012); Arte e Responsabilidade social (2009); Educação Musical e Deficiência: propostas pedagógicas (2006).

Em suas obras (LOURO, 2012; 2009; 2006), há questões relacionadas à neurologia para a compreensão e ação dos processos de ensino e aprendizagem musical de pessoas com

deficiência. Como também, a apresentação de um panorama dos aspectos legais relacionados à inclusão e envolvimento da pessoa com deficiência com as artes.

Em todos os casos, a educação musical da pessoa com deficiência passa a exigir dos professores o conhecimento de aspectos relativos ao desenvolvimento e aprendizagem e de características básicas das deficiências. Além do mais, é preciso ver a educação musical de forma abrangente, considerando diferentes possibilidades do fazer musical e adaptações pedagógicas pertinentes. Essas adaptações podem ocorrer em nível de objetivos e conteúdos (trabalhando programas adequados às necessidades e dificuldades do aluno); adaptações do método ou material de ensino (adequando as formas e os materiais a cada situação de aprendizagem); arranjos musicais (que devem levar em conta as possibilidades e limitações em relação à compreensão musical e aos aspectos motores) e adaptação técnico-musical (quanto à forma de tocar, não alterando o conteúdo da obra em si) (SOUZA, 2017, p. 87).

O autor (SOUZA, 2017) deixa claro a diferença entre a musicoterapia e a educação musical especial, e que por muitas vezes uma se utiliza de recursos da outra. A musicoterapia tem finalidade terapêutica, e a educação musical especial teria uma finalidade pedagógico-musical. E isso se aplica também até na relação que cada profissional tem em cada âmbito, ou seja, musicoterapeuta-paciente, educador musical-aluno.

Uma vez que o projeto está mais localizado no âmbito da educação musical especial, é válido salientar que aspectos pedagógicos serão mais alcançados do que terapêuticos de fato, porém, não se descarta a possibilidade da contribuição da música em ambas as áreas. Neste sentido, há a valorização das vivências das crianças com os diversos tipos de instrumentos e estilos musicais, que contribuirá ativamente também na sua formação social, inclusiva, cognitiva e neuromotora.

A ANPR e a Escola de Educação Básica Albert Sabin na Modalidade Educação Especial

A Associação Norte Paranaense de Reabilitação é uma associação caracterizada como uma associação civil, sem fins lucrativos, considerada filantrópica, que foi fundada em 1963 para atender pessoas com paralisia infantil e outras deficiências ortopédicas. Esta Associação é mantenedora da Escola Albert Sabin – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, do Centro Integrado Regional de Reabilitação, Oficina Ortopédica e Loja Ortopédica (PPP, 2019).

A Escola de Educação Especial Albert Sabin, assim denominada no início de sua implantação, também foi fundada em 1963, com a ANPR. Com a erradicação da poliomelite, outras necessidades relacionadas às deficiências físicas surgiram, desse modo a escola foi ampliando a demanda de atendimentos às crianças com deficiências físicas/neuromotoras e múltiplas (PPP, 2019).

Desde a sua criação, a instituição contemplou não apenas a cidade de Maringá, mas também Regiões próximas. A Escola Albert Sabin caracteriza-se pela atuação na área da educação e reabilitação, contando com profissionais da educação e saúde (PPP, 2019).

Baseado numa concepção filosófica voltada ao desenvolvimento humano e na apropriação de conhecimentos gerais do mundo que o cerca, buscou-se considerar o deficiente como uma pessoa com direitos de cidadania, dotada de sentimentos, emoções e com potencial para o processo ensino-aprendizagem. Enquanto modalidade de escola especial, houve a necessidade de organizar-se constantemente de forma a cumprir os dispositivos legais que regem a Educação e Estatuto da Criança e do Adolescente e oferecer serviço educacional de forma à atender as especificidades destes alunos e apropriação de conhecimentos (PPP, 2019, p. 29).

Para além do atendimento pedagógico disponibilizado pela escola, há também um acompanhamento fonoaudiólogo, fisioterapêutico, psicológico, e assistência social contribuindo com a melhoria da qualidade de vida dos alunos (PPP, 2019).

A equipe multiprofissional desta escola é constituída por profissionais de pedagogia, psicologia, serviço social, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, enfermagem e médico. Esta equipe, além de possibilitar a troca de conhecimento é determinante nas relações humanas, pois motiva o grupo a buscar de forma coesa os objetivos traçados no atendimento às pessoas com deficiência física, neuromotora e múltiplas, oferecendo uma visão mais ampla de suas necessidades, bem como na complementação do trabalho realizado no âmbito escolar e de saúde (PPP, p. 51).

A escola oferta:

Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos – Fase I e Educação Profissional por meio de um currículo flexível que possibilite aos nossos educandos a escolarização e sua aprendizagem, considerando tempo, ritmo e o seu desenvolvimento, bem como sua deficiência, estipulando um tempo maior de permanência em cada etapa ou ciclo (PPP, 2019, p. 6).

A organização escolar da Escola Albert Sabin se constitui de uma maneira não convencional, como é conhecida uma escola da rede básica de educação comum, pois

atendem alunos com deficiência física, neuromotora e múltiplas deficiências, com quadro clínico específico de paralisia cerebral, distrofia muscular, má formação cerebral, síndromes genéticas, distrofia muscular, hidrocefalia, mielomeningocele, seqüela de traumatismo crânio-encefálico e outros que acometem o desenvolvimento neuromotor, e muitas vezes os alunos ainda recebem um atendimento individualizado (PPP, 2019).

A organização curricular de uma Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial (EEBMEE)

De acordo com o Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14 (PPP, 2019), o ensino na modalidade de Educação Especial é ofertado da seguinte maneira:

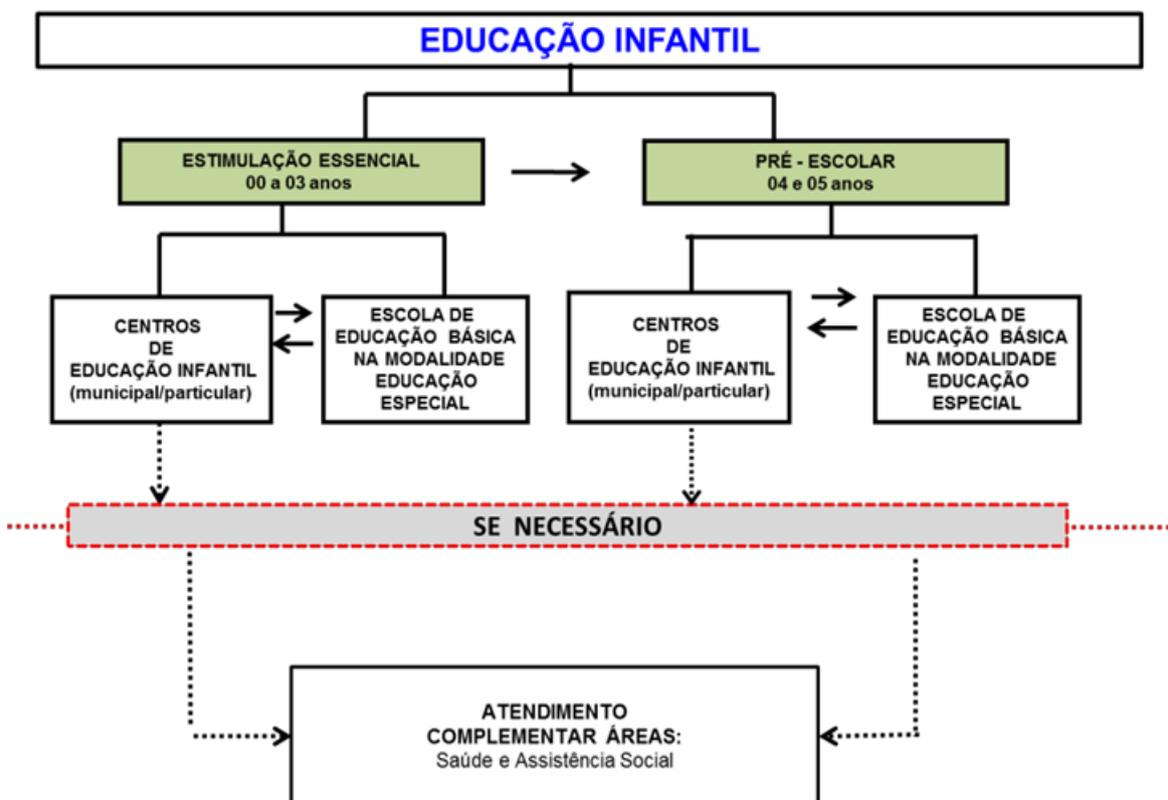
- Educação Infantil:
 - 0 à 3 anos - Estimulação Essencial
 - 4 à 5 anos – Pré-Escolar
- Ensino Fundamental - Ciclo Contínuo - 1º e 2º ciclo (6 a 16 anos):
 - 1º Ciclo (1º ano) – 4 etapas (4 anos)
 - 2º Ciclo (2º ano) – 6 etapas (6 anos)
- Educação de Jovens e Adultos – Processo Fundamental – Fase I (à partir de 16 anos):
 - 1º ao 5º ano – etapa única, concomitante à Educação Profissional (Unidade Ocupacional de Qualidade de Vida).

Para entender melhor de que maneira funciona a organização escolar em uma escola na modalidade de Educação Especial, o projeto político pedagógico da instituição traz organogramas que ilustram esse esquema (PPP, 2019).

Na estimulação essencial e pré-escolar os alunos podem estar matriculados, em alguns casos na rede básica comum, como também na escola na modalidade especial, ou somente na escola na modalidade de educação especial (PPP, 2019).

Nos casos em que a criança está matriculada em uma escola da rede básica e na EEMBE, esta tem por finalidade ser como uma sala de apoio. Os alunos vão duas vezes por semana na escola no contraturno do horário do ensino regular.

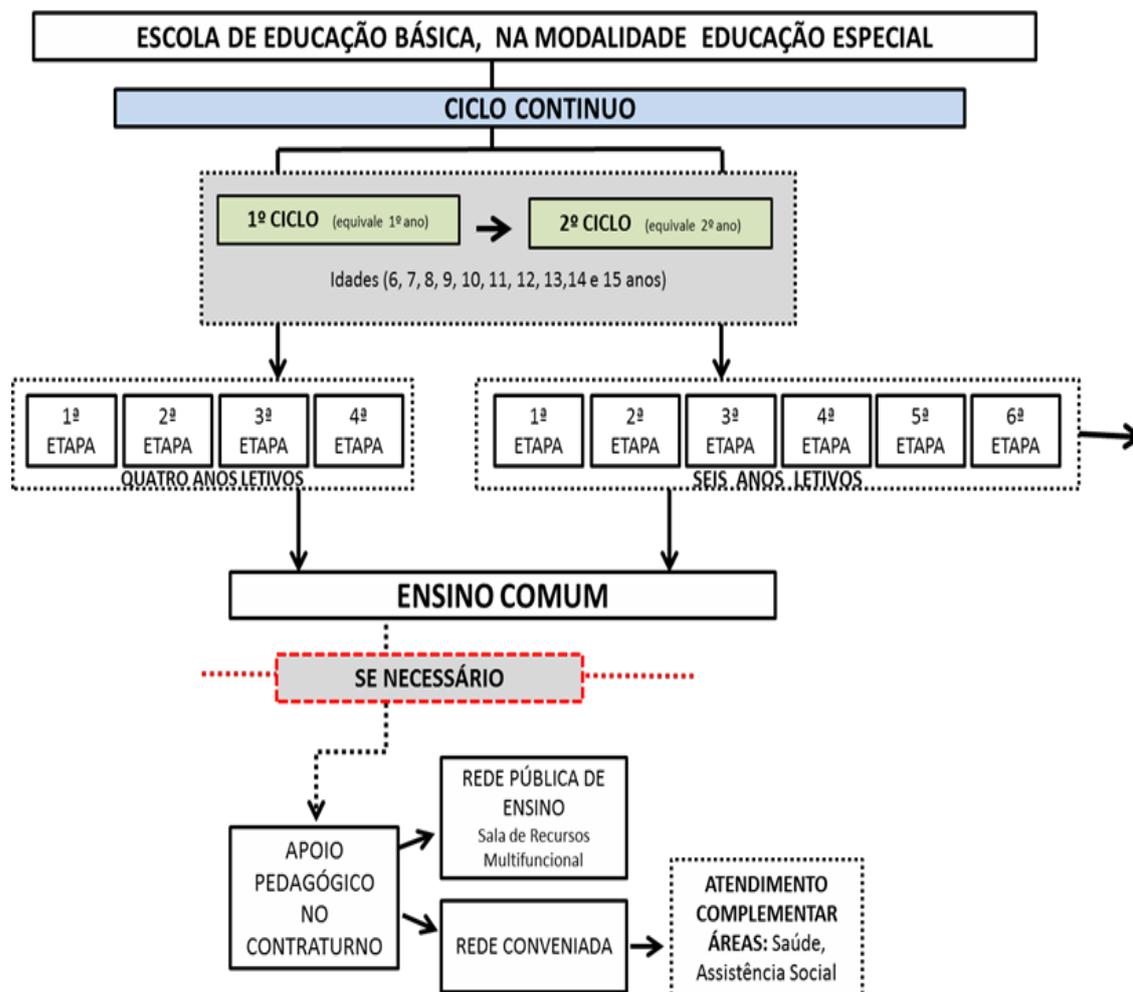
Organograma 1: Organização escolar da Educação Infantil



Fonte: PPP,2019, p. 44

Já no ensino fundamental o ciclo contínuo está organizado em dois ciclos, que equivalem ao 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. O primeiro ciclo está subdividido em quatro etapas com duração de quatro anos letivos, cada etapa equivale a um ano letivo. O 2º ciclo está subdividido em seis etapas com duração de seis anos letivos, cada etapa equivale a um ano letivo. No decorrer do processo de ensino-aprendizagem, aqueles educandos que apresentarem condições acadêmicas cognitivas serão transferidos para uma Escola da Rede Comum.

Organograma 2: Organização Escolar do Ensino Fundamental.



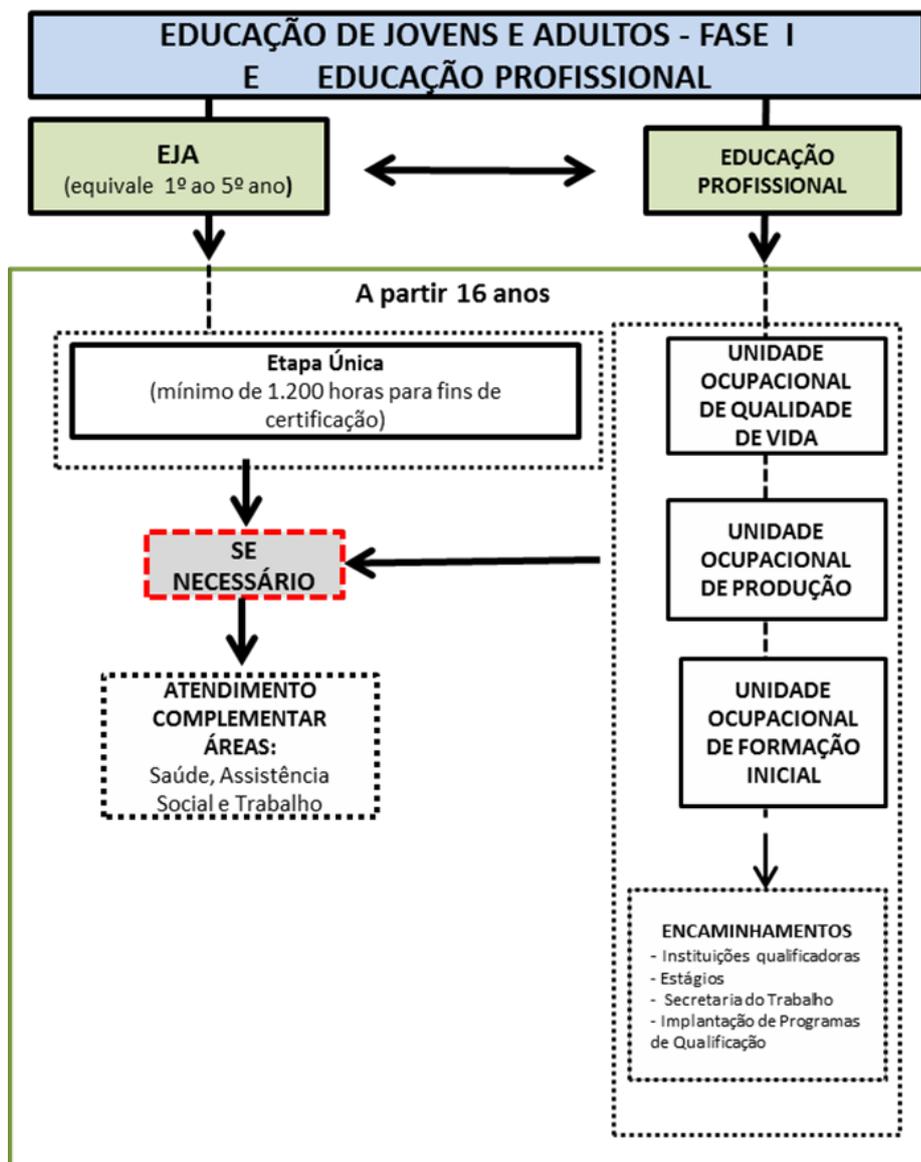
Fonte: PPP, 2019, p.45

Por fim, a educação de jovens e adultos está integrada com a educação profissional, contemplando alunos com dezesseis anos ou mais. Caso os alunos tenham um alto nível de comprometimento cognitivo e/ou físico/neuromotor, são ofertadas outras possibilidades de trabalho dentro das ocupações da escola, como também a melhoria da qualidade de vida para os mesmos.

Nesta modalidade de ensino, os anos iniciais (1º ao 5º anos) do Ensino Fundamental são ofertados em etapa única, sendo necessárias 1.200 horas no mínimo para certificação. De acordo com as características específicas de cada educando e principalmente de seu quadro clínico ele é encaminhado para uma das três unidades ocupacionais ofertadas: Unidade ocupacional de

qualidade de vida, Unidade ocupacional de produção ou Unidade Ocupacional de formação inicial (PPP, 2019, p. 45)

Organograma 3: Organização Curricular da EJA



Fonte: PPP, 2019, p.46

Como já dito anteriormente, a escola conta com toda uma rede de apoio para que os alunos sejam contemplados para além das práticas pedagógicas, visando um possível aumento da qualidade de vida com variados atendimentos de reabilitação. Desse modo, outro fator importante a ser citado é a logística das turmas, que contém uma média de dez alunos.

A turma é reduzida pois muitos não têm o controle de esfíncteres, como também a independência para se alimentar, muitas vezes utilizando sondas alimentares (PPP, 2019).

Atualmente, a escola possui 255 alunos matriculados respectivamente nos períodos matutino e vespertino. Os programas educacionais são oferecidos considerando a idade cronológica. Para ilustrar melhor a quantidade de turmas, segue tabela (PPP, 2019).

Tabela 1: quadro demonstrativo dos alunos

PROGRAMA	Nº DE TURMAS	Nº DE ALUNOS
Educação Infantil/Apoio	2	11
Educação Infantil/Estimulação Essencial	7	42
Educação Infantil/Pré Escolar	4	29
Ensino Fundamental 1ª Etapa/1º Ciclo	2	13
Ensino Fundamental 2ª Etapa/1º Ciclo	2	13
Ensino Fundamental 3ª Etapa/1º Ciclo	2	8
Ensino Fundamental 4ª Etapa/1º Ciclo	3	25
Ensino Fundamental 1ª Etapa/2º Ciclo	7	60
EJA-Educação de Jovens e Adultos	5	54
Educação Profissional (Qualidade de Vida)	5	54

Fonte: PPP, 2019, p.12

A escola conta com 45 professores, dentre eles: regentes de classe, auxiliares, professores de educação física, artes e mais recentemente, o professor de música, que no caso, sou eu. Todos os professores têm graduação em licenciatura como também uma especialização dentro da área da educação especial e atendimento especializado (PPP, 2019).

Os alunos ficam apenas um período, ou matutino, ou vespertino de segunda a sexta-feira. Para a cidade de Maringá e cidades próximas, é disponibilizado transporte para as crianças com ônibus adaptado.

Ainda sobre a estrutura física da escola, há almoxarifado; banheiro com chuveiro; biblioteca; cozinha; dependências com vias adequadas¹ para alunos com deficiência; despensa; diretoria; laboratório de informática; lavanderia; parque infantil adaptado; pátio coberto; refeitório; trocador adaptado; sala de professores; sala de secretaria; salas de aula existente na escola; 18 salas de aula utilizadas como sala de aula; sanitário adequado aos

¹ Vias de acessibilidade para deficientes físicos, como exemplo rampas de acesso para todos os lugares da instituição.

alunos com deficiência; sanitário adequado à educação infantil; sanitário dentro do prédio (PPP, 2019).

O planejamento das aulas de música a partir da organização da EEBMEE: experiências a partir da prática

Os documentos legislativos rezam que a Educação Especial é uma modalidade de Ensino oferecida, preferencialmente, na educação básica. Desse modo sua proposição curricular segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, mas se difere por necessitar, por vezes, de algumas adaptações. Para explicar melhor como funciona a educação especial, trago a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2014, p.10), que diz:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes. A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses estudantes no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Sendo assim, não há impedimento legal para que todos os alunos façam parte da escola, mesmo os que apresentam deficiências, transtornos ou distúrbios. A matrícula deve ser efetivada pelas famílias desde a primeira infância, passando pela adolescência e permanecendo na escola ao se tornarem adultos, e como também, se for o desejo do estudante, o ingresso no ensino superior.

A música sempre foi um recurso didático para os alunos com necessidades especiais da ANPR, porque para além do desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade musical, do senso rítmico, da percepção auditiva, do prazer de ouvir e da consciência corporal, contribui no desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras no contexto da educação especial e na deficiência física.

As aulas de música são subsidiadas por um projeto que recebe verba do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) Estadual, com o qual foi possível comprar os recursos didáticos

como também a contratação de um profissional para aplicar as atividades propostas pelo projeto. O projeto está em vigor há dois anos, porém sua proposta tende a continuar na instituição.

As aulas têm uma duração média de uma hora/aula para cada turma, assim, é possível atender três turmas no período da manhã e três turmas no período da tarde, de segunda a quarta-feira. Na quinta-feira, parte do dia é utilizado para a realização dos atendimentos com os alunos da EJA. Estes pelo projeto não seriam contemplados, mas a instituição preferiu adaptar minha carga horária para atendê-los, pois foi possível verificar como as aulas de música estavam sendo proveitosas para os alunos que o projeto contemplava.

As aulas de música têm uma rotina estabelecida. Segundo Ramos (2011), é muito importante que haja uma convenção em sala de aula para habituar os alunos a novas ideias. Porém, isso vai ocorrendo de acordo com as necessidades de cada turma, e em determinadas circunstâncias, os planos e as rotinas mudarão. As atividades diárias devem ser planejadas, mas devem ser flexíveis, envolvendo o cuidado, o ensino e a particularidade do imaginário infantil.

Ao realizar o planejamento de ensino alguns conteúdos foram elencados para serem desenvolvidos durante as aulas, sendo eles: reconhecimento de timbres; reconhecimentos dos instrumentos musicais; exploração sonora de diversas formas; exploração tátil dos instrumentos; noções básicas (com os que forem possíveis) de notas musicais; noções básicas (com os que forem possíveis) de pulsação. Segue uma tabela para ilustrar como foram pensados os conteúdos para as diversas faixas etárias que a escola contempla:

Estimulação Essencial / Multianos	Ensino Fundamental	EJA
<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação musical; - Repertório Infantil; - Fantoques musicais; - “Historinhas” musicadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação musical; - Exploração dos instrumentos musicais; - Repertório misto; <ul style="list-style-type: none"> - Timbres; - Pulsação; - Bandinha musical. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação musical, - Exploração dos instrumentos musicais; - Repertório misto; <ul style="list-style-type: none"> - Timbres; - Pulsação; - Bandinha musical.

Conteúdos esses que são contemplados na BNCC na área de música, como dito anteriormente. A proposição da escola segue as diretrizes nacionais curriculares, e, conseqüentemente, as aulas de música também, dentro do grande campo da música no documento. Mas, ao pensar na educação especial, algumas adaptações devem ser feitas, no que tange principalmente os aspectos práticos de aplicar os mesmos.

Isto posto, as aulas se iniciam com uma música de abertura, que consiste em uma música que aborda o reconhecimento de nomes e saudação de acordo com o período que os alunos estão, no caso, bom dia ou boa tarde². Ex: “Bom dia (tarde) Rafael (..) como vai? (2x) Faremos o possível para sermos bons amigos, bom dia (tarde) Rafael, como vai!”

Na música de saudação, eu canto e toco violão para os alunos, cantando o nome de aluno por aluno, até que todos os alunos da turma presentes no dia sejam contemplados. Aos que tem oralidade e cognição para cantar, já neste primeiro momento me ajudam a cantar a música.

Em seguida realizamos a exploração sensorial dos instrumentos. O objetivo é estimular o timbre e a sonoridade de cada instrumento, como também contribuir com os estímulos das áreas sensoriais, a área motora e tátil, fazendo com que os alunos explorem as diferentes texturas dos instrumentos. Os instrumentos que estão disponíveis na instituição são: caxixis, chocalhos, guirlandas, platinelas, raquetes sonoras, castanholas, pandeiros, tambores, tantã, carrilhão, violão, teclado, cajon, xilofone, atabaque, conga e bongô.

Após o reconhecimento visual, auditivo e tátil dos instrumentos, com o auxílio do violão ou do teclado realizamos, professor e alunos, diversos tipos canções de acordo com cada turma, estimulando o conhecimento corporal, reconhecimento de nomes, de sons, timbres de animais, como também atendo pedidos que os alunos gostam de ouvir. Nesse momento, é fundamental ter um vasto repertório de músicas, como por exemplo músicas de cantores como Lady Gaga, Grupo Revelação, Gustavo Lima, Henrique e Juliano, Milionário e José Rico, Legião Urbana, dentre outros. A escolha do repertório é feita de acordo com o que os alunos, no caso, aqueles que possuem oralidade, trazem para sala de aula.

E por fim, ao encerrarmos as atividades propostas para o dia, cantamos a música de despedida³: “Tchau pra dona aranha e pra sereia, sapo cururu e a baleia. Borboletas vão voando, os peixinhos vão nadando, todo mundo veio aqui se despedir. Tchau tchau tchau tchau tchau até semana que vem.” E com isso os alunos já entendem que a aula de música está por terminar.

Os recursos didáticos contam com a utilização dos instrumentos musicais como o espaço físico da sala de música. A avaliação na educação especial também é diferenciada, a reprovação dos alunos só é possível pela quantidade excessiva de faltas, nesse caso, realizar

² https://www.youtube.com/watch?v=KR1Rz_svLyM

³ <https://www.youtube.com/watch?v=9ZVnGWXetNI>

uma avaliação formativa e processual é a mais adequada não só neste contexto, como também em diversos aspectos da educação como um todo.

Alcançar estimulações sensoriais e sonoras, por menor que seja, e poder aproveitar desse recurso com os alunos também é considerada uma avaliação, pois algo que antes não ocorria, agora ocorre. Desse modo, o processo de avaliação está diretamente relacionado com os objetivos de cada aula como também do plano de ensino, e estes estão relacionados com as diretrizes nacionais como também o PPP da escola.

Algumas considerações

Neste relato foi possível identificar a relação entre o projeto político pedagógico da instituição com a BNCC e com as Diretrizes para a Educação especial, relacionados ao plano de ensino das aulas de música, como também as práticas que ocorrem na aula.

Conhecer sobre o funcionamento da escola em que se pretende aplicar suas práticas pedagógicas é importante, pois fomenta um planejamento de aulas coerente com a realidade da escola. Isso nos mostra a relevância do planejamento, seja em qualquer esfera da educação, e, particularmente, na educação especial, onde muitos pontos devem ser adaptados para que atendam a demanda dos alunos especiais.

Outro fator significativo é o de identificar, dentro do amplo campo da Educação Especial, qual deficiência específica se aplicará as atividades, pois em cada subárea desse grande campo serão necessárias adaptações específicas para atender a um determinado público.

Por exemplo, o atendimento especializado para crianças com comprometimento cognitivo e neuromotor resultantes da paralisia cerebral, implica, dentro dos objetivos pedagógico musicais, em adaptações nos objetivos das aulas, pois as mesmas não têm a finalidade de formar alunos de alta performance musical, mas sim explorar a música no processo de ensino e aprendizagem.

Outra consequência das práticas musicais, embora, nesse momento não seja o ponto principal são as contribuições terapêuticas que as aulas de música proporcionam aos alunos, contribuindo então com o desenvolvimento cognitivo e neuromotor.

O trabalho da pesquisa ainda está sendo em andamento, e ainda haverá uma investigação mais profunda no que tange o planejamento, as práticas musicais e os resultados dessas práticas com os alunos que frequentam a escola.

Referências

BRASIL. BNCC – Base Nacional Comum Curricular MEC/GOV: Brasília 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP; 2001. 79p.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SECADI, 2014. 15p.

LEITE, J. M. R. S., & Prado, G. F. do. Paralisia cerebral Aspectos Fisioterapêuticos e Clínicos. Revista Neurociências, 12(1), 41–45. 2004

LOURO, Viviane et al. Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência. São Paulo: Editora Som, 2012.

LOURO, V. S. Arte e Responsabilidade Social. Santo André: TDT Artes, 2009.

LOURO, V. S. Educação Musical e Deficiência: propostas pedagógicas. São Paulo: Estúdio Dois, 2006.

LOURO, Viviane dos Santos. Inclusão e Deficiência– o que todo professor precisa saber. S/d.

NOGUEIRA, Monique Andries. A expressão musical e a criança de zero a cinco anos. São Paulo: Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus Júlio de Mesquita Filho, sem data (artigo). Disponível em <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/450/1/01d14t07.pdf>. Acesso em 12/05/2018.>

PPP. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual na Modalidade de Educação Especial Albert Sabin. 2019

SOUZA, Leonnardo Limongi de. Música e deficiência: processos de ensino e aprendizagem em um espaço não formal de educação musical. Dissertação - João Pessoa, 2017. 187 f.

RAMOS, J. S. S. Rotina na educação infantil: saberes docentes. 2011. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/shXVIII/artigos/GT33/com Oral para os anais do CCHLA.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/shXVIII/artigos/GT33/com%20Oral%20para%20os%20anais%20do%20CCHLA.pdf)> Acesso em 19 de julho de 2021.